

AS ESCOLAS RURAIS EM PORTUGAL (1926-1960) – NOTAS PARA UMA REFLEXÃO SÓCIO HISTÓRICA

José António Afonso

Introdução

As escolas rurais são um objeto socio-histórico a descobrir e a estudar com abertura epistemológica, sobriedade conceptual e metodológica. Questões múltiplas, que paulatinamente têm vindo a ser desbravadas, remetem indelevelmente para um complexo entramado de estereótipos, representações sociais e posições políticas, onde o povo é um híbrido constructo – particularmente ocultando o rural na sua historicidade – subordinando-o a definições etéreas e ambíguas que naturalizam a especificidade das dinâmicas sociais. Possivelmente uma documentação social (literatura, fotografia, pintura, cinema) que foi surgindo espoletou um recentrar sobre o universo rural, ampliando o perímetro de questionamento sobre as evidências do eterno bucolismo e romantismo intrínsecos, por definição, a esse mundo.

A entrada da escola em territórios inclassificáveis para as centralidades urbanas, rompeu com um imaginário e fez emergir as dimensões da complexidade do mundo social. Os professores sofreram esse embate e a imersão nesse outro universo abalou certezas e relativizou categorias e classificações – quer pedagógicas, quer sociológicas, quer económicas – estabelecendo, então, o desafio, uma problemática que revela as fragilidades lógicas dos pressupostos que estruturam o desenvolvimento das sociedades.

A escola rural reflete as alianças entre o tempo longo, herdeiro das escolhas feitas no século XIX e, depois dos anos 50-60 do século

XX, o tempo curto, caracterizado pela tendencial descentralização, territorialização da política educativa, chegada de novas famílias e de novos professores formados diferentemente dos das gerações precedentes. O conjunto destas transformações inscreve-se nas relações com os lugares e os contextos que participam na construção da continuidade e das bifurcações socio espaciais.

A rede escolar constituída é a herança de múltiplas lógicas que vão desde a espacialização dos fenómenos sociais e culturais até aos efeitos generalizados das evoluções económicas e políticas. Sumariamente, assiste-se a um processo de transformação das bases económicas e sociais do modo de vida camponês, com fortes implicações geográficas, sociais, culturais e institucionais, nas formas de socialização e de estruturação das relações sociais.

Tendo como pretexto o caso português no período do Estado Novo (1926/1933-1974), a nossa proposta é multiplicar os terrenos de indagação dos anos 30 a 50, onde se começam a remodelar as relações com o espaço rural, enfatizando que a escolarização em espaço rural é não só uma problemática educativa e territorial, como também política e ideológica.

Nesta sondagem teremos presente as certeiras inquietações do pedagogo espanhol Félix Martí Alpera (1911, pp. 8-9):

Es deprimente y desconsolador el cuadro que, salvando excepciones escasas, ofrece la enseñanza en las grandes ciudades; pero el de nuestras escuelas rurales es tristísimo y bochornoso. No sirven aquí ya los adjetivos más enérgicos, ni las lamentaciones más amargas. Maestros, de escuelas, de mueblaje, de educación escolar, existe sólo en nuestras aldeas una ficción burda y pueril y se habría dicho la verdad o casi la verdad. Con esta ficción nos hacemos creer que están atendidas las necesidades pedagógicas de nuestros labriegos, de nuestros mineros, de nuestros pescadores, y quedamos tan satisfechos. (...). Por qué no se trata simplemente de enseñar a leer y a escribir a nuestra población rural. El alfabetismo así entendido, es cosa bien

raquítica y mezquina. Al cambiar nuestros maestros y transformar nuestras escuelas del campo, aspiramos a organizar una acción cultural intensa sobre las almas rudas de la España marítima y campesina.

São palavras que nos situam no âmago das tensões que acompanham as aproximações sobre a escola rural e a sua carga semântica impele a pensar o rural não como uma invenção, mas como uma realidade social numa constante mutação – mas porventura impercetível e, por múltiplas limitações, fixada num atónito imobilismo –; retornemos a Félix para reter alguns conceitos (ou perenes intuições), que ainda são de extrema atualidade, nomeadamente a crítica que tece às reformas educativas centradas exclusivamente na escola urbana (ou, como também vinca, a escola da cidade, graduada e com muitos professores) que deliberadamente esquecem as “*escuelas incompletas*” – as “*humildes escuelas rurales*” (como as denomina) “*de todas clases, de las escuelas de los pueblos pequeños, de los lugares y de las aldeas...*” – , destacando que não é só uma questão legislativa, mas também pedagógica, porque, sempre, foram encaradas com desdém, e, em última instância, sobranceria política, já que são “esquecidas” apesar de representarem “*el único centro de cultura accesible a los hijos*” dos camponeses, dos pastores e dos pescadores, ou seja “*de todos los que llenan la dispensa del pueblo*” . O autor também equaciona a questão da industrialização da agricultura, entre outras variáveis de ordem cultural e social, o que objetivamente transforma as páginas da Introdução (que temos vindo a seguir) num autêntico manifesto de resistência contra o abandono do rural, já que as dimensões explicitadas, com uma inaudita moderação, indicam-nos a complexidade da problemática das escolas rurais.

Perspetivar um inquérito num tempo de privação cultural

Portugal é um país rural, debilmente industrializado e em que a mobilidade social se reduz ao urbano. Uma asfixiante ideologia vai em crescendo propagando uma serôdia exaltação do camponês como sinónimo dos valores pátrios e do “carácter nacional” (na expressão de Júlio Dantas¹) consequentemente puro e genuíno; logo de uma ruralidade concebida como a imutável fisionomia de um povo, que não se pretende ver como “desagregado” e “descaracterizado” (ainda Júlio Dantas); ou dito de um outro modo: que se deve manter no seu imobilismo, cultivando “a expressão risonha e tradicional dos antigos costumes” e “o pouco que ainda lhe resta de pitoresco e característico” (Júlio Dantas para findar). O campo é um lugar por excelência idílico, exaltado até aos limites do paradoxismo como sinónimo de recusa das cidades – os lugares por excelência da degradação e da corrupção. A glorificação do eterno camponês esconde tanto os usos urbanos do espaço rural, como a heterogeneidade do campesinato; em suma, propaga-se uma espécie de epopeia dos humildes (ainda que retoricamente se reconheça o fatalismo da miséria e moral dos rurais), como se pode ilustrar através de dois filmes epocais – *Mulheres da Beira* (1921) de Rino Lupo e *Nazaré, Praia de Pescadores* (1929), de J. Leitão de Barros – e por uma abundante literatura com matizes românticas ou pretensamente de vocação etnográfica (LOPES, LOUÇÁ, FERRO, 2017, pp. 237-266). Começam, entretanto, a surgir vozes de intelectuais que não são insensíveis às mudanças socioeconómicas, e rompendo os circuitos de autocensura e a blindagem de um regime autoritário, denunciam e ensaiam, pela palavra ou pela imagem, compreender o estrangulamento do mundo rural, indignando-se, portanto, contra a invenção de uma identidade nacional ruralizada e uniformizada,

¹ Expressões retiradas do Prefácio de Júlio Dantas ao livro de Latino Coelho, *Tipos Nacionaes*.

profusamente propalada pela imponente engenharia publicitária do regime autoritário (COSTA, 2012, pp. 93 *sq.*; REVEZ, 2012).

Em 1944, Domingos Monteiro, democrata e crítico do Estado Novo, edita *Paisagem Social Portuguesa*. Livro escrito numa linguagem elíptica, recheado de metáforas e com apelativas analogias. A tese defendida é que o homem social está ausente nos escritos sobre Portugal, ao contrário da abundância de referências ao Portugal físico. Esta afirmação é seguramente uma analogia, porque o autor está consciente que nos estudos sobre Portugal, a questão social tem sido deliberadamente omissa. As suas palavras são incisivas:

o português d e certas classes e de mediana cultura, por vício congénito da sua índole, (...), continua a ignorar o homem social, ignorando-se afinal a si mesmo. Por isso vive, como se não fizesse parte dum todo, e como se os outros (especialmente os que não pertencem à sua classe) socialmente não existissem e tivessem uma função meramente decorativa. (*id.*, p. 9).

Domingos Monteiro propõe-se, então, refletir sobre a “mancha geral da nossa população”, na sua diversidade e nas “suas relações de íntima dependência” (*id.*). A estratégia narrativa acionada passa por construir quatro analogias: *Planície* (referindo-se ao Povo); *Relevo Orográfico* (incluindo-se a pequena, a média e a grande burguesia, assim como o que é denominado por aristocracia económica), *Sistema Fluvial* (onde se discute o persistente problema das migrações), e, por último, *Vales e Sombras* (onde o autor traça um inventário fino das dilemáticas e crónicas debilidades de Portugal – pobreza económica, alimentação deficitária e inadequada, analfabetismo, mortalidade infantil, as doenças mais violentas (tuberculose e sífilis) – contrastando-as com a flagrante ausência de uma efetiva política de assistência social, especialmente, como reforça Domingo Monteiro, nas aldeias, entre outras situações de manifesta vulnerabilidade social). Os argumentos

convocados são de múltipla natureza, e situam-se num debate com atualidade, como, por exemplo (com maior visibilidade) sobre a “raça portuguesa”, ou (desenvolvido em surdina) sobre as “condições de vida do povo” – como reflexo de um paradoxo: “ [em Portugal] os que trabalham mais são os que comem menos. Daí o seu constante depercimento, um definhamento de qualidades físicas e morais que trouxe concomitantemente um agravamento da mortalidade infantil, da criminalidade, e da tuberculose.” (*id.*, p. 25) –; prolongando-se para uma caracterização (ainda que impressiva) das classes sociais, associada a reflexões sobre a mobilidade social, a formação de hábitos culturais, os vínculos de dominação social e simbólica, a resistência à modernização da sociedade e a persistência de modalidades anacrônicas e inumanas de exploração, adentrando-se para veladas reticências sobre a assunção de projetos designados por nacionalistas, mas de contornos retrógrados, o que conduz o autor, a ponderar sobre o futuro de Portugal, em face do diagnóstico que traçou (no capítulo *Vales e Sombras*) onde se cruzam problemas estruturais com as consequências de uma pertinaz e “deficiente” organização da economia e a “indiferença e o egoísmo das classes beneficiadas” (*id.*, p. 79), como também das elites (económica e política) que perderam

a noção da passagem do tempo e do que isso significa, e que olha indiferente como um manipuloso, um ídolo de pedra que começa a ser abandonado pelos seus últimos fiéis para a transformação social que se vai operando no mundo, como se esta lhes não interessasse e não pudesse atingi-los dramaticamente. (*id.*, p. 58).

A grande questão que atravessa o ensaio de Domingos Monteiro – que poderemos enunciar da seguinte forma: as fraturas territoriais correspondem a fraturas culturais – remete para a intrínseca especificidade de um país eminentemente rural, compreendendo-se

assim que as únicas referências, no livro, sejam à criança e à mulher dos meios rurais.

Uma criança da *planície* nasce, e após o período relativamente feliz, em que é sustentada pelo leite maternal, que só termina, com uma nova gravidez da mãe ou quando o leite seca (os casos de aleitamento até aos 4, 5 anos e mais, são nas nossas aldeias relativamente vulgares), começa, desde logo, a alimentar-se como os pais e também ao acaso do que lhe dão a do que encontra – frutas verdes, restos de comida, doçaricos que lhe oferecem as pessoas de bom coração, contra todas as regras de puericultura. (*id.*, p. 28).

Esta descrição é reforçada por uma outra também eivada de realismo:

quem atravessa o caminho central duma aldeia portuguesa deparará, muitas vezes, com bandos de crianças seminuas e esfarrapadas, brincando no chão, de mistura com as galinhas, os porcos, os cães e os gatos, de que só se distinguem pelo seu aspeto relativamente humano. (*id.*, pp. 28-29).

Prossegue Domingos Monteiro a sua incisiva narrativa:

Observará, também, os ventres enormes, em contradição com os rostos definhados e os olhos vivos de animaizinhos semisselvagens. Logo entre o primeiro e o segundo ano dá-se a primeira ceifa brutal de vidas e uma grande parte dessas crianças morre, vitimada pelas doenças de infância, especialmente a enterite, provocada pela absoluta falta de higiene e o seu absurdo e intoxicante regime alimentar. (*id.*, p. 29).

Este momento, conhecido, segundo o autor, como “Colheita do Senhor”, é com “total conformidade e resignação” aceite pelos pais como uma espécie de “tributo” a Deus, revelando, no entanto, uma cruel realidade: “Opera-se assim uma espécie de seleção natural

inexorável, pois que só resistem aqueles que melhores condições tem para suportar as terríveis agruras da existência.” (*id.*). Naturalmente, a idade de ingressar na escola aproxima-se em simultâneo com novos dilemas para os pais: uns desistem de os matricular porque “não podem continuar a alimentar uma boca inútil” (*id.*); outros “consentem em mantê-los lá até que estejam aptos a ler as letras gordas das epígrafes de um jornal.” (*id.*, pp. 29-30); e, “mercê de estupendos sacrifícios familiares” (*id.*, p. 30), alguns “conseguem chegar aos altos cumes da 4ª classe” (*id.*). O autor deixa transparecer que a “educação escolar” é indiciadora de problemas de natureza social, não redutíveis a especulações políticas, nem a subsidiárias de miríficas ideologias, e dedica um sibilino parágrafo a acentuar a importância do “pároco de aldeia” como o responsável pela “verdadeira educação”. Ultrapassado (para muito poucas crianças) o tirocínio escolar, o mundo do trabalho (de certa forma já experimentado) surge:

Esse trabalho precoce, em que é por vezes obrigada a transportar objetos demasiadamente pesados, a suportar, como o homem as inclemências da intempérie, a sujeitar-se, como ele, a um regime excessivo de esforço, acompanhado duma alimentação insuficiente para o trabalho que faz e para as necessidades de construção fisiológica nessa idade tão exigentes – tem também responsabilidade na estrutura atarracada, e na deformação óssea e muscular que, com tanta frequência, se verificam. (*id.*).

Deste modo a criança rural “atinge a idade adulta” – e como lamenta o autor sem “jogos infantis e com todos os problemas da adolescência abafados sob a tarefa brutal que é obrigado a realizar”. (*id.*, p. 31).

Figura 1 - Alto Douro. Vindimas, c. 1930



Fonte: Sousa, 2008.

Cumprido o serviço militar – as comumente designadas “ir às sortes” – casa-se, iniciando-se um outro ciclo na sua vida, também ele sinuoso e complexo. Entre vários apontamentos, sobre esta fase, Monteiro refere-se à mulher, evocando, por um lado que ela incorpora “uma experiência humana muito mais complexa” que a do homem, e, por outro lado, desconstruindo um estereótipo:

Em abono da verdade, deve dizer-se que, em contradição com certas teorias antropológicas – menos capacidade craniana, diferença de índices cefálicos, etc. – as mulheres desta classe apresentam sobre os homens uma bem marcada superioridade intelectual. (*id.*)

Não deixa de sublinhar que o destino da mulher, numa vida “terrivelmente concreta”, “segue um caminho paralelo” ao do homem, mas acrescido com outras responsabilidades, porque, para além do trabalho, é mãe e “tem a sua tarefa suplementar e quotidiana de dona de casa”. (*id.*, p. 32). Estas circunstâncias explicam o seu “envelhecimento

exterior”, mas não amofinam “a sua capacidade de procriar, uma capacidade de procriar verdadeiramente espantosa que é afinal a única garantia verdadeira do crescimento fisiológico da população portuguesa”. (*id.*), porque “na *planície* os filhos são a única forma de seguro social e de aposentação”. (*id.*, p. 33).

Figura 2 - Portugal Agrícola



Fonte: Biblioteca Nacional Digital – Portugal agrícola [S.l. : s.n., c. 1930] / Cota do exemplar digitalizado: cc-57-p1.

Atores e mundo social

Em 1926 a 1ª República é derrubada por um golpe militar conservador, instalando-se uma Ditadura Militar, que cilindra a experiência democrática anterior, e estrategicamente prepara o Estado Novo, constitucionalizado em 1933, com pressupostos nacionalistas, eugénicos e corporativos. Estes se materializaram numa complexa rede de organismos que assentaram a sua missão em homogeneizar ideológica e socialmente o país, com um duplo propósito, por um lado criar uma paz social e, por outro lado, avançar com uma putativa modernização do país, onde, e por maioria de razões, o espaço rural (ou “as estruturas agrárias”) adquirem uma centralidade incomum.

Portugal tem perto de 7 milhões de habitantes, dos quais cerca de 60% trabalham na agricultura e perto de 19% trabalham na indústria. O analfabetismo ronda os 70%. A taxa de natalidade cifra-se nos 27,71 por mil habitantes, dos quais 4,3% são ilegítimos. A taxa de mortalidade é de 15,59%, mas a taxa de mortalidade infantil, nas crianças até os 5 anos, é de 203,9 por mil, sendo as suas causas as diarreias, as enterites, a tuberculose (também a 2ª causa de morte para a população adulta), as patologias ligadas à má nutrição e deficientes condições de vida, e às debilidades congénitas (infecções respiratórias, sarampo, ...). A pobreza e a miséria das famílias são de uma intensidade inauditas; as condições de trabalho péssimas, com particular acuidade nas zonas rurais (DESCAMPS, 1935; SAAVEDRA, 2013). A assistência é “deficiente e mal orientada” (CORREIA, 1938). As políticas públicas no âmbito da educação e da saúde são “exíguas”, corolário aliás da própria conceção do regime que atribuía ao Estado um papel “supletivo”, designadamente na saúde (PIMENTEL, 1999; RODRIGUES, 2013) e que investia na impregnação do “espírito nacionalista” na escola primária, ou seja, estava empenhado no erguer uma “escola portuguesa”, onde a desvalorização do professor, a redução ao mínimo dos saberes ministrados e a legitimação da seleção social

encontra fórmulas sofisticadas de exclusão das classes populares, tal como literalmente perorava J. Pereira Pinto (s.d.) – glosando uma máxima de Paul Descamps (1935, p. 379) –: “a instrução não se faz sentir num ‘estado social’ baseado na agricultura camponesa”. Tornava-se imperioso inventar um país que correspondesse aos desígnios do Estado Novo, criando-se uma representação da nação que elidia o presente e saturava o passado de história – invenção das categorias de raça e de temperamento e politização de pré-conceitos –, obliterando deste modo tudo o que existia de perturbador para o regime, incluindo-se naturalmente o mundo rural. Sobre este cerziu-se a imagem social de um universo sem conflitos sociais, sem sujidade, sem fealdade, ignorando-se deliberadamente o camponês enquanto força de trabalho e ocultando as suas precárias condições de vida. Replicaram-se estereótipos e arquétipos que se traduziram na invenção de “um país de camponeses estetas” (MARQUES, 2007, p. 70), onde os “indícios de miséria” são sinónimo de “uma imagem benévola da pobreza, com toda a simplicidade e o desprendimento dos bens materiais” (*id.*, p. 83), objetivando-se na arte popular a “emanação direta da alma da nação” (*id.*, p. 66). Contudo, esta imagem idílica, difundida pelo Mundo, escondia a dura realidade sociológica das populações rurais.

A consabida Campanha do Trigo (1929-1933) foi um intento (decalcado da experiência fascista italiana) de controlar o “desemprego rural temporário” introduzindo um regime de monocultura (ou como também se denominava: “modo de produção cerealífera”) que possibilitasse regular a dualidade demográfica e agrária que se verificava entre o Norte e o Sul, mas implicitamente uma outra questão sempre esteve presente: evitar a todo o custo a polarização social, ou dito de outro modo: o “acentuado processo de proletarização” (SILVA, 2011, p.15). A procura de soluções para o pretenso “excesso populacional” (como sinónimo de proletarização) não encontrou na “transladação de populações” (também como sinónimo de desproletarização) a

almejada eficácia projetada pelos decisores políticos, persistindo a larvar conflitualidade no mundo rural (SILVA, 2016, p. 111).

Simultaneamente com a publicação, em 1933, do Estatuto do Trabalho Nacional e da criação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, surgem, particularmente, os Decretos-lei 23049 (Grémios Nacionais) e 23051 (Casas do Povo), ambos de 23 de Setembro de 1933, que configuram a construção do sistema corporativo (Câmara Corporativa, Corporações, Ministério das Corporações, Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Sindicatos Nacionais de direito público, Grémios Nacionais, Casas do Povo, Casas dos Pescadores, Comissões Reguladoras, etc.) e objetivamente do próprio Estado. Entre 1933 e 1974, criaram-se, no Continente e nas Ilhas, cerca de 2700 organismos corporativos (FREIRE *et al.*, 2014); e, ao nível da freguesia, totalizavam-se, em 1974, 1119 Casas do Povo enquanto centros de “convivência da gente rural, o seu lar coletivo, seu instrumento de representação, seu núcleo polarizador de iniciativas de interesse geral”, conforme se estabelecia no diploma constitutivo de 1933, mas que eram o elemento primário da organização corporativa do trabalho rural (FREIRE, 2012).

Nesta conjuntura, em 1936, nasce a Junta de Colonização Interna, com o objetivo específico de

transformar o simples trabalhador rural imprevidente, descuidado, mesmo que tenha havido o maior escrúpulo na escolha de colonos, num proprietário rural cauteloso, providente e empreendedor, chefe de uma família que ascende na escala social a uma posição económica e de maior importância. Este difícil trabalho exigirá a orientação constante da Junta, exercida através do seu delegado na colónia – o técnico assistente –, para que se cumpra o plano traçado, condição indispensável ao êxito, que assegurará a vida próspera do casal e a reintegração dos

capitais” – conforme se reiterava na página 20 do *Relatório de Trabalhos e Contas de Gerência. Ano de 1942*, da Junta de Colonização Interna (*apud* SILVA, 2011, p. 90).

Mas, declaradamente defendiam os engenheiros agrônomos – os mentores da colonização – a ideia de um “projeto civilizador” com um “pendor de intervenção social” (SILVA, 2016, p. 107), concatenado numa espécie de fórmula mágica – desproletarizar para recampesinar – que traduz a

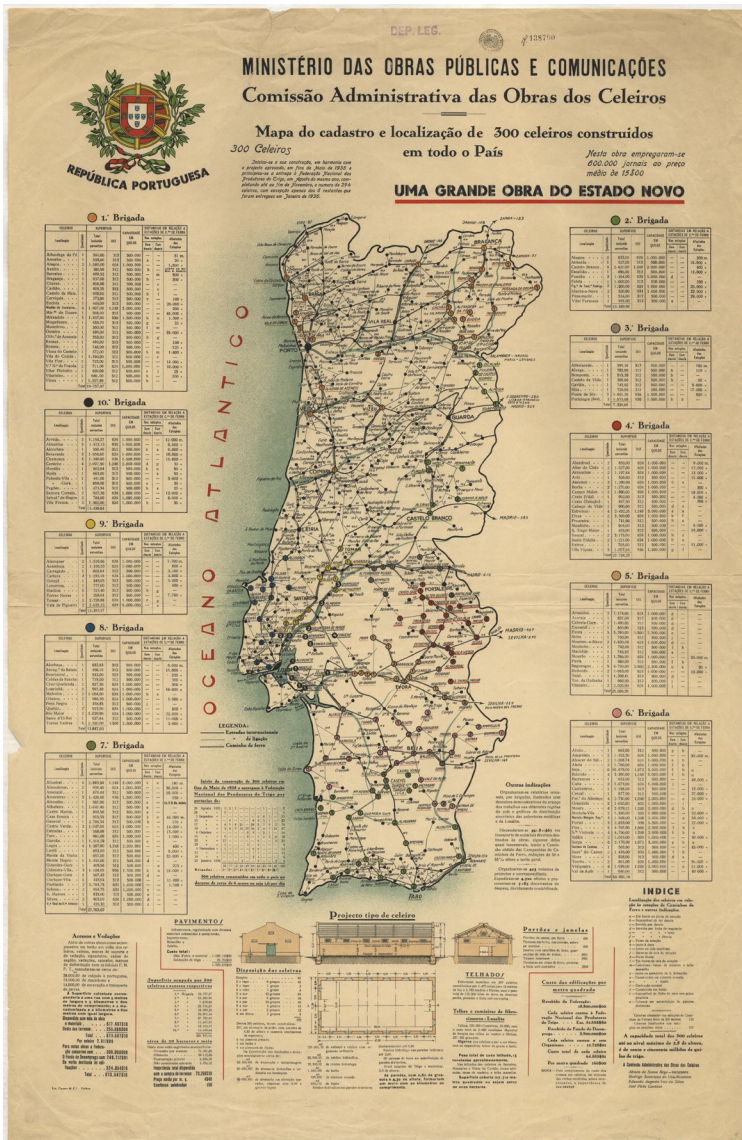
vontade política dirigida à modernização das estruturas agrárias de Portugal, que contemplava a proposta de reconfiguração das estruturas fundiárias do país feitas em dois sentidos: por um lado, o emparcelamento dos pequenos tratos de terra no Norte de Portugal, onde prevalecia a pequena propriedade; por outro, o parcelamento das grandes propriedades do Sul, a grande maioria tidas por latifundiários, onde, num segundo momento, se constituiriam novas explorações familiares, ou casais de famílias, e se recolocaria o excesso populacional do Norte, que então emigrava massivamente, assim povoando (ou colonizando) as planícies alentejanas”. (*id.*, p.108).

O desenrolar deste reformismo agrário não foi linear, nem culminou na eufórica redenção do rural. Múltiplas circunstâncias ditaram o seu fracasso, assim desde um inconsequente plano de Hidráulica Agrícola, de 1937, até à oposição dos “grandes agrários do Sul”, passando pelas relutâncias dos próprios políticos que pretendiam terminar “de vez com esses projetos utópicos de reformas agrárias feitas a régua e esquadro em terras semiáridas de sequeiro”, como expressou o deputado André Navarro numa das discussões na Assembleia Nacional da proposta de lei sobre os melhoramentos agrícolas (*apud* SILVA, 2011, p.86).

Num rápido balanço, pode-se constatar que o grandiloquente princípio enunciado num parecer da Câmara Corporativa de 1937: “No dia em que 100 000 ha de sequeiro forem passados a boas terras de regadio e neles se fixarem 40000 famílias de verdadeiros proprietários-lavradores ter-se-á feito obra social e política muito mais sólida do que se estabelecerem 80000 famílias de proprietários-proletários” (*apud id.*, p.43), vacilou redondamente, quer na reduzida criação de colónias agrícolas, quer “numa reestruturação agrária (...) revestida de objetivos industrialistas” (*id.*, p.85, *cf.* pp. 71 *sq.* ; SILVA, 2016, pp. 115 *sq.*).

O Portugal rural emerge nas violentas dimensões que vincam profundas desigualdades sociais, pobreza e exclusão; mas um Portugal rural diverso na sua composição social e clivado na relação com a terra; em suma: o trabalhador rural é uma realidade que deve ser equacionada na sua territorialidade. As políticas do Estado Novo pretenderam justamente escamotear a questão, apostando numa modernização do rural, assente em princípios dúbios e enviesados do desenvolvimento, mas que não conseguiram cercear a viragem simbólica – mas também económica – que a partir de finais da década de 1940 vem sendo evidenciada pela permanente diluição das velhas conotações do bucolismo do espaço rural – refletidas nas greves dos trabalhadores rurais ou nas marchas contra a fome (CARLOS, 2019; CORTESÃO, 2012a e 2012b) – apesar de continuarem (no discurso ideológico traduzido especificamente nas suas diferentes expressões artísticas e estéticas) as narrativas de exaltação do camponês, de idealização do mundo rural e de um relativo “ódio às cidades”, denegando expor a realidade (ou pobreza) do povo (COSTA, 2012, pp. 93 *sq.*).

Figura 3 - Portugal Celeiro



Fonte: Biblioteca Nacional Digital – *Mapa do cadastro e localização de 300 celeiros constituídos em todo o país: Uma grande obra do Estado Novo* [Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1936] / Cota do exemplar digitalizado: cc-451-r.

Confrontos simbólicos e cognitivos

Deve-se a António Almiro do Vale um importante (e provavelmente pioneiro) levantamento médico-antropológico, em meio rural. Em 1933, visitou todas as escolas do concelho de Tondela, encravadas em plena Serra do Caramulo, com uma altitude entre os 600 e os 1.000m, e observou 2.607 alunos, tendo por base uma ficha exclusivamente elaborada para o efeito com os seguintes campos: dados físicos e etiológicos da criança e dos pais; identificação sociográfica do agregado familiar e, preenchido pelos professores, observações sobre a conduta, o temperamento e a aplicação do aluno, além do rastreio da acuidade visual.

Os dados permitem apurar, segundo António do Vale (1936, p. 63), as “doenças mais frequentes nos antecedentes diretos e colaterais da criança” em função das “condições económicas e educativas da família”. No concelho de Tondela, “70% da população é pobre, 25% é remediada e 5% rica”, o que legitima uma conclusão: “Nunca é demais dizermos que o meio rural que estudámos enferma também do mal que existe nos demais meios rurais portugueses” – “a miséria é flagrante de norte a sul, de nascente a poente entre a classe dos nossos agricultores”, explícita António do Vale (1936, p. 63). O regime alimentar insuficiente tem fortes consequências “no desenvolvimento físico da criança” (peso e altura) e as condições de habitabilidade (higiénicas) – número de divisões, tipo de habitação – revelam-se também fundamentais para o desenvolvimento da criança, diz-nos o autor: “o desenvolvimento físico infantil está dependente da categoria social da família sendo tanto mais deficiente quanto maior for a miséria daquela” (*id.*, p. 73). Reumatismo, alcoolismo, tuberculose (e estados pré-tuberculosos), sífilis, paludismo, cancro e lepra são a realidade encontrada, que traduz um efeito de hereditariedade patológica mórbida (*id.*, p. 4 *sq.* e 48 *sq.*). Nas populações aldeãs, estudadas por António do Vale, constata-se que

“os fatores exógenos do crescimento” (alimentação, clima, estações, causas sociais) e os “fatores endógenos” (glândulas endócrinas, sexo e puberdade, raça, hereditariedade) combinam-se de modo severo, explicando que as “doenças atuais” (vícios deformatórios do tronco, raquitismo, linfatismo, hipertrofia das amígdalas, afeções do couro cabeludo e da pele, cárie dentária, obesidade) relacionam-se com o reduzido “crescimento estatural” (*id.*, p. 180 *sq.* e 221 *sq.*). Esta é a sumária identificação da criança rural. No estudo está sempre patente a componente profilática que “impeça o descalabro” da vitalidade do povo português (*id.*, p. 228). António do Vale destaca a importância da escola nos meios rurais, como imprescindível para o “desenvolvimento normal” da criança, quer do “ponto de vista antropológico”, quer do “ponto de vista médico” (*id.*, p. 180 *sq.*), sendo por isso de interesse o capítulo que dedica ao “Meio escolar” (*id.*, pp. 74-89). Considerações de boas práticas entrelaçam-se com observações sobre o concelho de Tondela, fazendo emergir considerandos sobre a inserção da escola no contexto rural.

Partindo da afirmação que “a escola é o primeiro ambiente artificial que a sociedade cria à criança” e que a idade escolar “coincide com grande parte do desenvolvimento físico da criança (...) e também com o seu desenvolvimento intelectual ou mental”, então, esse ambiente – a escola – “deve realizar acima de tudo a completa harmonia entre o desenvolvimento do corpo e do espírito”, numa atmosfera higiénica, conhecendo-se “habilmente a psicologia de cada escolar” (*id.*, p. 74-75), sem afetar “a vitalidade e vigor da população infantil” (*id.*, p. 76). Vale criticar a “criminosa indiferença” para com a escola primária – nomeadamente, no que se refere aos “requisitos que a higiene escolar impõe” e às “obras de proteção à infância” (tais como descreve o autor: cantinas escolares, escolas ao ar livre, obra de vestuário, assistência médica, educação física, colónias de férias, educação moral, estética e intelectual, entre outras) – esclarecendo que a razão das suas críticas

decorre do “conhecimento objetivo das necessidades que verificámos durante o nosso inquérito médico-antropológico” (*id.*). Constatou-se que a maioria das escolas não observava as condições exigidas pela higiene escolar, pontualizando que bastantes “foram instaladas em autênticos pardieiros, em barracões improvisados onde se consente que a criança permaneça durante o tempo escolar, num ambiente, essencialmente, hostil à sua saúde” (*id.*, p. 77), logo “sem conforto moral e material” (*id.*) contribuindo para o “enfraquecimento físico das nossas crianças” (*id.*, p. 78).

Como contraponto defende que o “edifício escolar moderno precisa de ser alegre e elegante no seu traço arquitetónico; cheio de luz e ar, bem situado e amplo, construído com materiais próprios e distante dos lugares ruidosos e insalubres”, construído “segundo um tipo essencialmente português” (*id.*), com áreas bem dimensionadas e anexos – “pátios de recreio, campos de jogos, piscinas, etc.” – (*id.*, p. 79). A sua realidade rural permitiu-lhe detetar uma escola edificada junto a um sanatório (inclusive o pátio do recreio é “visitado pelos doentes sanatorizados”) constituindo um local de contágio do bacilo da tuberculose, como demonstra o autor com um “ensaio anti-tuberculínico” que realizou (*id.*, p. 80-81). E escolas situadas “por cima de tabernas”; escolas “junto de currais de bois e de ovelhas”, e escolas construídas sem terem em atenção “o clima, as chuvas e os ventos dominantes na região” (*id.*, p. 81). As salas de aula exíguas (sem cubagem e superfície) eram frequentadas por um “número elevado de alunos” (*id.*, pp. 81-83); os edifícios “pintados com cores escuras” e construídos com materiais não apropriados, sem ventilação, sem iluminação e com mobiliário inadequado, em particular, as carteiras que não estavam “adaptadas à fisiologia dos escolares que nelas se sentam” – o que explica, sublinha António do Vale, a significativa “percentagem de deformações do tórax e da coluna vertebral”, que o inquérito patenteou (*id.*, p. 84). O Autor sugere que se utilize “um só

modelo de carteiras” com base nos “dados auxológicos de cada aluno” (*id.*, pp. 84-85), salientando também que “o mobiliário escolar deverá ser individual para que o possamos considerar higiênico”, e que o “critério racional e fisiológico” deve ser o único na sua elaboração (*id.*, p. 86). Um outro aspeto que Vale afirma ser importante considerar relaciona-se com a circunstância da população que frequenta a escola “pertencer à classe pobre” (vivendo em “péssimas condições higiénicas”, como incisivamente sinaliza) logo é estulto, pela obrigatoriedade escolar, que “centenas de crianças raquíticas e débeis” sejam privadas “durante o tempo escolar da única riqueza que possuem e com que a natureza as bafejou – o *sol* e o *ar*” (*id.*, p. 87). Enfatiza a necessidade de se realizarem “exames médicos periódicos”, a fim de despistar “a tuberculose pulmonar que os afeta”, salvaguardando-se, assim, a própria saúde dos professores (*id.*, p. 88), concluindo que à escola primária rural seja “dado mais algum conforto material e moral a fim de que a população que a frequenta obrigatoriamente, saia dela convenientemente preparada para a vida”, dignificando-se o “professor primário na sua elevada missão de instrutor e educador”, anulando-se, por consequência, a “influência perniciosa que o meio escolar pode ter sobre a saúde da sua população” (*id.*, pp. 88-89).

Fig. 4 – Portugal, anos 50



Fonte: Dieuzaide, 1998.

Retenhamos do magnífico álbum fotográfico de Jean Dieuzaide, *Portugal 1950*, três imagens das mais de setenta que o compõem. As fotografias são essencialmente de ambientes rurais e piscatórios; aldeias e vilas como que imobilizadas num tempo que quase suspende o futuro. O preto e o branco dão voz às frágeis gentes que quotidianamente labutam e lutam pela sua identidade social. Nada de artificialismos, e sem qualquer encenação surgem crianças, mulheres e homens nos seus ritmos e ritos. Portugal lentamente transforma-se, mantendo uma anacrónica realidade tecida em tons soturnos e suportada pelos estereótipos de um mundo enterrado num simbólico ancestralíssimo. O olhar Jean Dieuzaide é atraído por esses universos à margem das tímidas industrializações – a do rural e a do urbano –, ou como nos alerta Eduardo Lourenço num perspicaz texto de apresentação – “Luz e Memória”: “O Portugal de Jean Dieuzaide é o último espelho em que realmente podemos contemplar, como se fosse ontem, os mais humildes, aqueles cujos trabalhos e dias se perpetuam ao longo dos séculos quase sem alterações”. (*in* DIEUZAIDE, 1998, p.14).

É possível que o fotógrafo nos quisesse legar um testemunho de um outro Portugal, refratário inclusive às encenações que o regime autoritário fabricava, mesmo aquelas com o cunho de um “Portugal arcaico, incarnação dos valores morais” (*id.*, p.15). Eduardo Loureço lança uma provocação: “Não sabemos exatamente o que o país profundo, que Jean Dieuzaide arrancou ao seu silêncio e nos oferece, pensava sobre a História que se fazia e desfazia ao seu lado e de que nem sequer era espectador. O país profundo olha com ingenuidade e dignidade para quem o olha” (*id.*, p.17).² Continua, Eduardo Lourenço,

2 Alain Corbin (2019) publicou recentemente um estudo académico realizado nos anos 1960, onde levanta justamente a questão da “*histoire en rase-mottes*”. Baseado em inquéritos orais – ou como os denomina: “inquéritos aos traços memoriais ínfimos” (p. 24), e na análise de estatísticas e de fontes documentais, nomeadamente a imprensa local, procede a uma sondagem retrospectiva sobre a perceção das transformações ocorridas em Limoges nos anos 30. A densidade dos fenómenos (políticos, económicos e sociais) é, no essencial, diferida (e, por vezes, contrastante, apesar de ser mitigada ou revelar *nuances*) entre o rural e o urbano e,

afirmando que a objetiva do francês, sem “solicitar sorrisos”, “tirou o último e comovente instantâneo” (*id.*, p.18) de um país que vive na sombra, mas resiste.

A esta sagaz aproximação ao mundo rural, uma outra da década dos 40, se pode incorporar, referimo-nos ao importante *Inquérito à Habitação Rural*. Os seus propósitos passaram por um levantamento da cultura popular, do modo de vida camponês e do “mapeamento da diversidade regional da arquitetura tradicional portuguesa” (LEAL, 2009), tendo subjacente (como anteriormente sublinhamos) o “projeto de reforma da economia e da sociedade rurais” em que o Estava Novo estava fortemente implicado (ÁGUAS, PEREIRA, 2016, pp.59-80). Todavia o desvendar dos contextos devolve a terrível paisagem social desse outro Portugal, que não se dissolve nas envolventes ideológicas, nem se deixa enredar nos “tipos folclóricos”, nem nas “imagens impostas” – ou “tipos etnográficos naturalizados” (*id.*, p. 64; *cf.*, OLIVEIRA, 2011).

Carlo Levi no já clássico *Cristo si è fermato um Eboli*³ (publicado em 1945) tendo como pretexto as gentes de Gagliano – uma aldeia “*perdida en el espácio y en el tiempo. También en la desesperanza...*”, no sul da Itália, onde compulsivamente o governo fascista o exilou, nos anos 30, por motivos políticos – discorre sobre o abismo que separa os camponeses do Estado, das teocracias, dos exércitos e da História. As suas instigantes observações conduzem-nos a imergir na complexa racionalidade do mundo campesino e sem qualquer tipo de etnocentrismo reconhece que a sua “*antigüedad y su oscura y misteriosa sencillez*” se podem perfeitamente compaginar com a modernidade. O

dentro de cada um destes universos, entre comerciantes, empregados e operários, para o ambiente urbano; e, no contexto rural, entre lavradores e camponeses. Uma das conclusões (*cf.*, pp 209-218) de Alain Corbain, reside no realce que a escola primária teve na formação de valores que se refletiram nas modalidades de adesão às mudanças políticas e económicas, com as inevitáveis consequências nas formas de socialização e de sociabilidade.

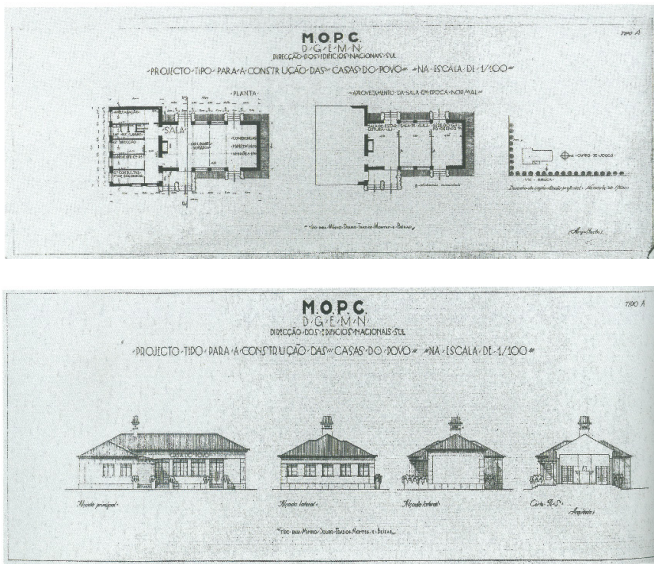
3 A edição por nós utilizada é: *Cristo se detuvo en Eboli* (Madrid, Gadir, 2005).

exame de Levi tornou visíveis uma série de incontornáveis dimensões que as classificações e categorizações estabelecidas, em sede urbana, pelas elites (política, económica, pedagógica, intelectual, ...), integram indelevelmente uma torsão epistemológica que perigosamente arrasta o rural – ou os diversos e complexos territórios e mundos camponeses – para um limitativo universo associado a arquétipos – traduzidos por uma panóplia de adjetivos que refletem tópicos axiológicos que vão desde o inculto até ao violento, passando por sujo, mentiroso, supersticioso ou rancoroso, entre um turbilhão de outros epítetos, ora estéticos, ora de contornos morais (BADAL, 2017, pp. 91 *sq.*) – que constituem a matriz de um estrutural desprezo que, na época contemporânea, foi sendo glosado como “desprovincializar” o camponês, já que a aldeia era, por definição, o “obstáculo” para qualquer tipo de fomento (conceito que nos anos 30 e 40 quis significar progresso). Malgrado o generoso investimento cognoscitivo realizado por muitos intelectuais e professores, prevaleceram os estereótipos – que objetivamente anulam a possibilidade de outros códigos de conhecimento e de comunicação e de outras geografias – que politicamente legitimaram a modernização agrária e a agricultura industrial (*id.*, pp. 128 *sq.* e 198 *sq.*)⁴.

O outro Portugal (ou a outra Itália que Carlo Levi contribuiu para desvelar) permanece esquecido no limbo das experimentações antropológicas que o regime totalitário vai simulando.

⁴ Sobre esta questão valerá a pena reler E. Durkheim, essencialmente quando propõe soluções de renascimento (e jamais de reprodução) para as escolas situadas nas comunidades camponesas, em visível declínio (demográfico, social e político), a partir dos inícios do século XX (*Cf.*, CARDI, 2007). Num outro registo L. Wittegenstein aventa uma possibilidade de pensar a prática pedagógica nas escolas rurais. Num momento muito particular da sua trajetória vital, Wittegenstein exerceu o magistério primário, entre 1920 e 1926, numa zona rural austríaca. Um dos frutos dessa experiência foi a edição do *Dicionário para as Escolas Primárias*, em que está patente a posição do Autor sobre a missão da educação em zonas rurais que deve ser fundamentalmente a do desenvolvimento intelectual, associado à “relevância do aprimoramento pessoal” (*Cf.*, REIS, 2010, pp. 95 *sq.* e pp. 132-139, para o Prefácio ao *Dicionário*).

Fig. 5 – Casas do Povo



Fonte: TOSTÕES, 2019.

Equívocos políticos e pedagógicos

A imprensa pode constituir um revelador de como alguns dos problemas que atravessam a sociedade encontram visibilidade. A conjuntura política, não obstante as tímidas aberturas, pauta-se por um filtro ou controle excessivo das expressões que podem ter as políticas públicas, pautando o ritmo de difusão e debate de todas as questões que incomodam a ordem estabelecida, não obstante a sua emergência no espaço público. Neste aspeto, é sintomático observar como em nove jornais matutinos e vespertinos, entre 1945 e 1969, vai surgindo a questão educativa (ADÃO, 2012). De modo particular interessa-nos captar como a Escola em meio rural ganha uma relativa presença na imprensa, frequentemente associada a Ensino agrícola, mas indelevelmente conectada com uma Pedagogia acentuadamente

conotada à perspectiva de catolização. Esta triangulação remete para a ausência de autonomia que a escola rural teve em termos justamente de poder ser pensada como realidade, condicionando-a aos aspetos conjunturais (como, por exemplo, sobre os Postos escolares e o/as Regentes escolares, ou submetida à Obra das Mães pela Educação Nacional ou da Campanha Nacional de Educação de Adultos e, também, refém de um Ensino agrícola, sem contornos definidos) ou fechando-a ideologicamente num espaço salvífico (de que se destacam a Assistência ou a Higiene e Saúde escolares, para além das dimensões que se relacionam com a religião, o controle da mobilidade e mesmo como reguladora das hierarquias sociais e da ordem). Entre os artigos de opinião, as notícias, as reportagens e os estudos, sobre Educação albergados na imprensa, a temática das Escolas em meio rural (mesmo associada ao Ensino agrícola e à Pedagogia) é quase residual, o que, apesar de tudo, indicia que lentamente vai surgindo um interesse em debater a questão, que ultrapassa a retórica de alguns dos títulos, mormente, das reportagens – e a título meramente ilustrativo assinalem-se: “Entre nós a escola primária encontra-se adaptada apenas aos meios citadinos e por isso favorece e fomenta a fuga do meio rural” (*O Século*, 13.12.1956) ou “A escola deve estar presente onde quer que esteja envolvido o progresso da agricultura nacional” (*O Diário da Manhã*, 21.4.1966) –, trasladando-a para as transformações que na sociedade portuguesas se estavam a verificar, e que Nuno Bragança (1966) condensa como sendo a tensão entre o constante afluxo às cidades e a “sangria do rural”, com os dilemáticos “despovoamento” e “mobilidade dos trabalhadores”, cujas consequências sociais e económicas devem merecer uma “coordenação estrita das pastas do Trabalho e da Educação” (*id.*, pp. 648 *sq.*); a questão da modernização perpassa como estruturante e segundo o Autor, “(...) não se pode esperar que uma lavoura afetada pelo êxodo rural se modernize por si só.” (*id.*, p. 660). As fórmulas ensaiadas escoraram-se na operacionalização de

dispositivos que oscilaram entre o menosprezo da Escola e o excessivo controle social baseado nas redes locais, expressas pelas Casas do Povo.

Assim, o patenteado menosprezo pelos professores primários e a emergência dos Regentes escolares correlacionados com a instalação dos Postos Escolares, a partir dos anos 30, num duplo movimento de clara minoração dos espaços rurais e da função social e pedagógica da Escola e dos seus agentes – como justamente demonstram Justino Magalhães (2018) e Sandra Lima (2013) – é uma opção política que vai pautar o percurso das modalidades de escolarização em meio rural.

Nos anos 30 inicia-se também a política de colonização com a lógica de que para “cada novo núcleo populacional”

tenham já sido concebidos os planos de exploração a seguir pelos diferentes casais agrícolas (uma vez que havia vários casais-tipo em cada colônia, consoante a tipologia dos terrenos), mas era necessário que a assistência técnica nas colônias fornecesse as orientações quotidianas aos colonos para que os planos fossem corretamente seguidos ou, por vezes, adaptados a eventualidades que surgissem. Neste sentido, para que se operasse a desejada transformação produtiva do território, era necessário que se promovessem formas de trabalho que permitissem aos indivíduos estarem organizados de uma maneira que se considerava economicamente proveitosa. (SILVA, 2011, p. 91).

Nestes pressupostos estava, ainda, subjacente que “eram os próprios métodos de aprendizagem técnica que continham os mecanismos de atuação sobre a “personalidade” do colono” (*id.*, p.93). Este dispositivo de “correção dos defeitos ou vícios não só relativos à profissão como atinentes à conduta moral e cívica” vai ser burilado ao longo dos anos 40 (em 1942, 1946 e 1948) prevendo-se que a atividade assistencial (serviços clínicos e profiláticos, bem como de assistência social) assumia uma dimensão de vigilância moralizadora

(ou totalizadora) com o objetivo de “velar pela saúde física, intelectual e moral da família”, como se estipula em 1948; em síntese:

o poder coercivo, ou mesmo repressivo, parecer uma função supletiva face aos mecanismos de poder que visam atuar sobre as condutas dos indivíduos que de “imorais e preguiçosos” se transformariam em pacíficos agricultores, com amor à terra e à pátria, camponeses conscienciosos. Assim, mais importantes do que os mecanismos de coerção, que iam desde a expulsão da colônia até às “admoestações e avisos tendentes a corrigir as deficiências encontradas”, para o processo de subjetivação dos colonos eram imprescindíveis as tecnologias de poder que atuassem diretamente nos hábitos e nas vontades dos novos proprietários. (*id.*, p. 94).

Em 1954 previam-se “programas de instrução que visavam adentrar os colonos nas modernas tecnologias de produção agrícola, incluindo os processos de mecanização, ao mesmo tempo que previam cursos de domesticidade destinados às mulheres colonas”, nomeadamente

cursos móveis ligados aos serviços de assistência técnica destinados a: a) instruir os colonos, filhos de colonos e trabalhadores rurais nas práticas mais importantes seguidas na exploração dos casais, tais como: regadio, tratamento de animais, mecanização, tecnologia dos produtos e preceitos de administração de pequenas empresas; b) facultar às mulheres e filhas de colonos noções de economia doméstica, higiene alimentar e indústrias caseiras (...) [e] Nas colônias agrícolas funcionarão também escolas de ensino primário ou postos de ensino, sendo os respectivos professores ou regentes nomeados pelo Ministro da Educação Nacional, sem precedência de concurso, sob proposta do Ministro da Economia. (Lei n.º 2072, de 18 de Junho de 1954 *in id.*, p. 95).

Do colono passou-se para a invenção da “família rural modelar” – submersa por uma paleta de “engenheiros ou regentes agrícolas em permanência nas colónias, mas por um conjunto de agentes dotados de um saber específico, como os médicos, o pároco e, principalmente, por agentes especializados na área “social”, como as assistentes sociais, as auxiliares e as educadoras familiares rurais” (*id.*, p. 96) –, como corolário de um “projecto societal”: “Os comportamentos pessoais que ainda nos anos trinta eram classificados do ponto de vista *moral* (a ‘preguiça’, o ‘alcoolismo’ dos colonos dos Milagres, por exemplo) são agora reconfigurados também, e cada vez mais, do ponto de vista *social*.” (*id.*, pp. 96-97)⁵.

Um último apontamento esclarecedor da reiteração das representações anuladoras das identidades rurais pode residir nos documentários científicos e educativos produzidos, a partir de 1952, no âmbito da Campanha Nacional de Educação de Adultos. Cristina Barcoso (2002), analisando com base em “unidades frásicas” os filmes da série do *Zé Analfabeto* – que “ilustram a história de vida de um homem rural que se estabelece na cidade” (*id.*, p.102) e em que se procura “ilustrar as dificuldades e problemas, enganos e ironias de que o analfabeto era alvo, as desvantagens de ser analfabeto” (*id.*) – ligadas ao analfabetismo, conclui que estão conotadas com categorias como: ignorância, vergonha, preguiça, engano, ingenuidade, entre outras vincadamente depreciativas que redundam na assunção meramente individual do seu destino; o analfabeto jamais é perçecionado (ou representado) numa trajetória social. A figura do analfabeto, assevera a autora, nestes filmes de cariz pedagógico e cívico, aparece sempre ligada ao de um homem rural, um “vulgar camponês, de calças, camisa

5 Uma interessante visão sobre a Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões, com base no depoimento do filho de um dos primeiros colonos a instalarem-se na aldeias criada de raiz pelo Estado Novo, em 1951, é-nos dada na reportagem conduzida por Susana Lúcio, “Como era a vida na aldeia-modelo de Salazar”, publicada na revista *Sábado*, na sua edição nº755, de 17 a 23 de outubro de 2018.

desabotoada com mangas arregaçadas e chapéu preto” e que quando visita Lisboa passa a “casaco branco, camisa e boné”, iniciando-se o seu processo de alfabetização e de afastamento da imagem rural (*id.*, pp. 102 *sq.*).

Neste período é exponencial a produção de documentários sobre o presente (em especial o *Jornal Português* ou as *Imagens de Portugal*, entre muitos outros que vão desde o documentário militar até ao turístico, passando pelos sobre a arte ou a industrial). São filmes informativos, com uma vertente pedagógica e institucional, que resumem os principais acontecimentos políticos e sociais da época, onde a predominância de temas folclóricos, de imagens do campo ou de lugares históricos é uma reiterada constante. (COSTA, 2012, pp. 110 *sq.*)

Deste modo, conjugou-se com o efeito de folclorização a mobilização de saberes que possibilitassem, como referiu Mendes Correia, “o vigor e a pureza germinal da Raça” como garante da “continuidade histórica da Nação” e dos “valores eternos do espírito” (*apud* MATOS, 2021). A assunção de um projeto político, cultural e pedagógico, que compaginasse o desenvolvimento da saúde física e da saúde moral com a higienização do ambiente, tendo como objetivo a formação do carácter como modo de evitar a degenerescência da raça, contou com o firme apoio da ciência antropológica na construção de um cânone antropométrico – correspondente aos propósitos nacionalistas do Estado Novo em destacar a especificidade da população e da história nacionais – refletido na elaboração científica de uma história natural da população portuguesa. Com base em estudos eminentemente laboratoriais ou experimentais, de matriz psicológica ou subsidiários de uma antropologia biológica e física, elaboraram-se taxionomias e classificações, justificadoras da norma e legitimadoras dos desvios, que confluíram para programas de higiene racial e sexual. Os dados empíricos foram revestidos por uma argumentação coincidente com as

premissas políticas totalitárias, prevalecendo o princípio dos “assuntos de interesse nacional” (OLIVEIRA, ABREU, 2012; SANTOS, 2005).

O campo científico (no seu significado mais amplo) revelou a sua íntima relação com o poder político, mostrando-se permeável aos axiomas ideológicos e subsidiário dos constrangimentos externos; era, por consequência, um campo onde o princípio da heteronomia prevalecia sobre o da autonomia (BOURDIEU, 1997). No entanto, germinaram abordagens (muitas delas nascendo dos polos periféricos do próprio campo científico) ao mundo rural – sejam as de cunho higienista, as de expressão médico-pedagógica, as resultantes da psicologia científica, as de uma pedagogia humanista ou as de uma nascente sociologia rural (ÁGOAS, 2010) – que consagram a população como objeto de estudo, rompendo com o redutor olhar etnográfico e com as contaminações das aporias eugénicas, consagradas no *slogan* (constantemente glosado e reiterado especialmente nas dimensões educativas e educacionais) do regime: Deus – Pátria – Família.

Conclusões (ou um sóbrio Epílogo)

Este nosso inquérito pretendeu equacionar as variáveis (que correspondem a um variado leque de fontes produzidas em diferentes instâncias e instituições e que possibilitando incrustar a problemática das escolas rurais na sua amplitude) que estão implícitas na análise da escola rural. Privilegiamos um tempo, apesar de incluir várias temporalidades, em que se assiste à tentativa de uma mutação antropológica com vista a induzir um processo de radical transformação, social e cognitiva, da economia camponesa, institucionalmente concebido na sua cartografia e ancorado em princípios ideológicos de legitimação das classificações (BOURDIEU, 2000).

No campo educativo, as repercussões foram enormes e uma regressão, estrategicamente assumida, pautou o necessário ritmo de

construção de um espaço social, com a inscrição territorial dos grupos sociais. Este novo mundo rural ruiu face aos processos sociais que não puderam ser controlados (ou eventualmente pensados), que redefiniram as socializações populares, as sociabilidades políticas e a centralidade do trabalho. Contudo, a reprodução da condição social periférica manteve-se como marca da modernidade (ou da modernização, entendida num sentido meramente económico), reconhecendo-se, no entanto, que a escolarização, como afirma José Madureira Pinto (2008, p. 58), foi “um dos mais notáveis fatores de abertura e mudança estrutural” das comunidades rurais.

Referências

ADÃO, A. (dir.). **A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969)**. Um repertório, cronológico, temático e onomástico. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012.

AGAREZ, R. C. **A habitação apoiada em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020.

ÁGOAS, F.; PEREIRA, L. Verdade, ideologia e violência nas primeiras fotografias do povo em Portugal. O realismo científico do Inquérito à Habitação Rural. In: ÁGOAS, F. ; NEVES, J. (org.). **O Espectro da Pobreza. História, Cultura e Política em Portugal no século XX**. Lisboa: Mundos Sociais, 2016. p. 59-80.

ÁGOAS, F. **Saber e Poder**. Estado e investigação social agrária em Portugal nos primórdios da Sociologia em Portugal. Tese de doutoramento (mimeo.). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Nova de Lisboa, 2010.

BADAL, M. **Vidas a la intemperie**. Nostalgias y prejuicios sobre el mundo campesino seguido de Mundo clausurado. Monocultura y artificialización. Logroño/Oviedo: Pepitas de calabaza & Cambalache, 2017.

BARCOSO, C. **O Zé Analfabeto no Cinema.** O Cinema na Campanha Nacional de Educação de Adultos de 1952 a 1956. Lisboa: EDUCA, 2002.

BOURDIEU, P. L'inconscient d'école. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 135, p. 3-5, 2000.

BOURDIEU, P. **Les usages sociaux de la science.** Pour une sociologie clinique du champ scientifique. Paris: Institut National de la Recherche Agronomique, 1997.

BRAGANÇA, N. O trabalhador rural e a Industrialização. **Análise Social**, 4 (16), p. 573-585. 1966.

CARDI, F. Durkheim, les paysans, l'école. **Revue française de pédagogie**, 158, p. 21-30. 2007.

CARLOS, A. B. **A Greve Camponesa de 8 de Maio de 1944 em Azambuja e Baixo Ribatejo – História e Geografia Humana.** Lisboa: Guerra & Paz, Ed., 2019.

CARVALHO, J. R. **Trás-os-Montes, o Nordeste.** Lisboa: Fundação Manuel Francisco Manuel dos Santos, 2017.

COELHO, L. **Typos Nacionaes.** Lisboa: Editores Santos & Vieira, [1920].

CORBIN, A. **Paroles des Français anonymes.** Au couer des années trente. Paris: Albin Michel, 2019.

CORREIA, F. **Portugal Sanitário (Subsídios para o seu estudo).** Lisboa: Ministério do Interior – Direcção Geral de Saúde, 1938.

CORTESÃO, L. (coord.). **A Marcha da Fome de Pevidém.** Memórias de um passado na inquietude do agora. Guimarães: Guimarães Capital Europeia da Cultura, 2012a.

CORTESÃO, L. (coord.). **Escutando quotidianos de pobreza.** Oh mãe, deia-nos pão!. Guimarães: Guimarães Capital Europeia da Cultura, 2012b.

COSTA, C. S. **Camponeses do Cinema:** a Representação da Cultura Popular no Cinema Português entre 1960 e 1970. Tese de doutoramento (mimeo.). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2012.

DESCAMPS, P. *Le Portugal. La vie sociale actuelle.* Paris: Librairie de Paris, 1935.

DIEUZAUDE, J. **Portugal 1950.** Texte de Eduardo Lourenço. Toulouse: En Vues, 1998.

FREIRE, D. Estado corporativo em acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo. *In:* ROSAS, F. GARRIDO, A. (coord.) **Corporativismo, Fascismos, Estado Novo.** Coimbra: Almedina, 2012.p. 273-301.

FREIRE, D. *et al.* **Corporativismo e Estado Novo.** Contributos para um roteiro de arquivos das instituições corporativistas. Lisboa: ICS – Estudos e Relatórios, 2014.

GARNEL, M. R. Os médicos, a saúde pública e o Estado improvidente (1890-1926). *In :* ÁGOAS, F. ; NEVES, J. (org.). **O Espectro da Pobreza.** História, Cultura e Política em Portugal no século XX. Lisboa: Mundos Sociais, 2016. p. 27-57.

GRAÇA, L. Q. **Problemas da vida rural.** Lisboa: Livraria Luso-Espanhola, 1945.

GRIGNON, C. Le paysan inclassable. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 14, p. 82-87. 1975.

GUILLEMAIN, E. (coord.). **Extension du domaine psy.** Paris: PUF, 2014.

HANIFAN, L. J. The Rural School Community Center. **Annals of the American Academy of Political and Social Sciences**, 67, p. 130-138. 1916.

LEAL, J. **Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos:** estudos sobre arquitectura popular no século XIX português. Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2009.

- LEVI, C. **Cristo se detuvo en Éboli**. Madrid: Gadir, 2005.
- LIMA, S. C. O Não-dito: a História da Escola Primária Rural nas Páginas da Revista *Escola Portuguesa* (Portugal, 1934-1939). **Educação e Filosofia**, 27-nº especial, p. 109-142. 2013.
- LOPES, J. T.; LOUÇÁ, F.; FERRO, L. **As Classes Populares**. A produção a reprodução da desigualdade em Portugal. Lisboa: Bertrand Editora, 2017.
- LÚCIO, S. "Como era a vida na aldeia-modelo de Salazar", **Sábado**, nº755, de 17 a 23 de outubro de 2018.
- MAGALHÃES, J. Escola Única e Educação Rural no Estado Novo em Portugal. **Historia y Memoria de la Educación**, 7, p. 269-298. 2018.
- MARQUES, V. M. "A poesia dos simples": arte popular e nação no Estado Novo. **Etnográfica**, 11 (1), p.63-89.2007.
- MARTÍ ALPERA, F. **Las Escuelas Rurales**. Girona-Madrid: Dalmau Carles, Pla, S.A. editores, 1911.
- MATOS, P. F. **Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto**: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX). Tese de doutoramento (mimeo.). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, 2012.
- MIRA, F. **A Educação em Meios Rurais**. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola, 1950.
- MONTEIRO, D. **Paisagem Social Portuguesa**. Porto: Editora Educação Nacional, 1944.
- OLIVEIRA, A. L.; ABREU, M. V. The reception of Experimental Psychology in Portugal in the early decades of the 20th century: the creation of the first Portuguese Laboratory of Experimental Psychology as a privileged analyzer. **Revista de Historia de la Psicología**, 33 (4), p. 37-56. 2012.

OLIVEIRA, I. F. S. **A Fotografia no Inquérito da Arquitectura Popular em Portugal**. Dissertação de mestrado (mimeo.). Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra, 2011.

PEREIRA, A. L. **Darwin em Portugal**. Filosofia. História. Engenharia Social (1865-1914). Coimbra: Almedina, 2001.

PIMENTEL, I. F. A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. **Análise Social**, 34 (151-152), p. 477-508. 1999.

PINTO, J. M. Escolarização e reprodução social. *In*: PINTO, J. M. (coord.) **Ir e voltar**. Sociologia de uma colectividade local no Nordeste Português (1977-2007). Relatório Final. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras- Universidade do Porto, 2008. p. 48-59.

PINTO, J. P. **O Espírito na Escola**. Porto: Porto Editora, [s.d.]

REIS, M. F. **O Dicionário para as escolas primárias de Ludwig Wittgenstein e a virada linguística**. Dissertação de mestrado (mimeo.). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de S. Paulo, 2010.

REVEZ, N. F. **Os Álbuns Portugal 1934 e Portugal 1940**. Dois Retratos do País no Estado Novo. Dissertação de mestrado (mimeo.). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2012.

ROCHA, M.; MORAIS, M. H. Idade da menorca na Região de Coimbra (Portugal). **Antropologia Portuguesa**, 8, p. 165-177. 1990.

RODRIGUES, A. P. **Da Assistência aos Pobres aos Cuidados de Saúde Primários em Portugal: o papel da Enfermagem 1926- 2002**. Tese de doutoramento (mimeo.). Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública – Universidade Nova de Lisboa, 2013.

SAAVEDRA, M. Malária, mosquitos e ruralidade no Portugal do século XX. **Etnográfica**, 17 (1), p. 51-76.2013.

SANTOS, A. **Educação Nova**. As Bases – I: O Corpo da Criança. Paris/Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1919.

SANTOS, G. D. **A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950.** O que significa seguir uma regra científica? Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

SILVA, E. L. **A propriedade e os seus sujeitos:** a colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo. Dissertação de mestrado (mimeo.).Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2011.

SILVA, E. L. Recampear no Estado Novo. Propriedade, Estado e os seus sujeitos.. *In* : ÁGOAS, F. ; NEVES, J. (org.). **O Espectro da Pobreza.** História, Cultura e Política em Portugal no século XX. Lisboa: Mundos Sociais, 2016. p. 105-123.

SOUSA, F. (coord.). **Espólio Fotográfico Português, Foto Beleza.** Porto: Ed. CEPESE, 2008.

TOSTÕES, A. *et al.* **1º. Congresso Nacioanal de Arquitectura 1948-2018.** Lisboa: INCM, 2019.

TRUNINGER, M. *et al.* **A evolução do Sistema de Refeições Escolares em Portugal (1933-2012):** 1º. Relatório de Pesquisa. Lisboa: ICS – Estudos e Relatórios, 2012.

VALE, A. A. **A robustez da criança rural em idade escolar.** Estudo baseado em mais de sessenta mil observações médico-antropológicas, em crianças do Concelho de Tondela (Portugal). Coimbra: Coimbra Editora, 1936.

APÊNDICE

ESCOLA RURAL – TEMPORALIDADES, CONTEXTOS, ATORES, INSTITUIÇÕES

